



Avaliação: Revista da Avaliação da

Educação Superior

ISSN: 1414-4077

revistaavaliacao@uniso.br

Universidade de Sorocaba

Brasil

Fries Davok, Delsi; Pontes Bernard, Rosilane

Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado
de Santa Catarina – UDESC

Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, vol. 21, núm. 2, julio, 2016, pp.
503-521

Universidade de Sorocaba
Sorocaba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=219146657010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Delsi Fries Davok
Rosilane Pontes Bernard

Resumo: A pesquisa teve o objetivo de avaliar o panorama da movimentação dos alunos de graduação ao que se refere à evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa, caracterizada como pesquisa de avaliação, delimitada a 25 cursos de graduação presenciais, com concluintes no período 2008-2010. A coleta de dados limitou-se à literatura para a contextualização e identificação de possíveis causas do fenômeno da evasão, e aos registros acadêmicos dos alunos ingressantes nos cursos da UDESC, via vestibular. Alinhada a uma política nacional de pesquisa da evasão na educação superior, a fórmula utilizada para o cálculo dos índices de evasão estabelece uma relação entre o número de concluintes e ingressantes de uma determinada turma, considerando o tempo de integralização do curso (Edital MEC/SESU nº 08/2007–REUNI). Os resultados apontam que os menores índices de evasão, no período analisado, ocorreram nos cursos da área de Ciências da Saúde (19,6%) e os maiores nos cursos das áreas de Ciências Exatas e da Terra (58,6%), Engenharia (41,0%), e Linguística, Letras e Artes (45,9%). O índice médio de evasão nos 25 cursos avaliados foi de 38,2%.

Palavras-chave: Educação superior. Evasão. Cursos de graduação. Evasão. Informação acadêmica.

Evaluation of attrition rates in undergraduate programs at THE State University of Santa Catarina -UDESC

Abstract: The purpose of this research is to evaluate the mobility of undergraduate students, with regard to the attrition rate in undergraduate programs of the State University of Santa Catarina (UDESC). This is an exploratory research, with a quantitative approach, characterized as an evaluation research, restricted to 25 on-site undergraduate programs, with graduating seniors covering the years 2008-2010. The data collection was limited to the literature for contextualization and identification of possible causes of attrition, and to the academic records of the students who entered the UDESC programs through the university's entrance exam. Aligned with the national policy of higher education attrition research, the formula used to calculate the rates of attrition analyses the number of graduating seniors in relation to the number of students who initially enrolled in a specific class, considering the time needed to cover the program (Public Notice MEC/SESU nº 08/2007–REUNI). The results indicate that, during the analyzed period, the lowest attrition rates were amongst the Health Sciences (19,6%) and the highest rates were in the Exact and Earth Sciences (58,6%), the Engineering Program(41,0%) and Linguistics, Literature and Arts Programs (45,9%). The average attrition rate in all 25 analyzed programs was 38,2%

Key words: Higher education. Attrition. Undergraduate programs. Attrition. Academic information.

1 Introdução

O acesso e a permanência do aluno na educação superior têm sido pautados por universidades e Estado. Nessa linha, foram instituídos programas de avaliação e de democratização da educação superior, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Todavia, facilitar o acesso à universidade por meio de políticas de inclusão ou de diferentes processos seletivos não garante a permanência do jovem na universidade.

Acerca do tratamento dado ao tema, percebe-se uma lacuna no que diz respeito à sistematização de informações sobre a evasão nos cursos de graduação no país. As informações sobre esse aspecto, às vezes, não são percebidas pelos gestores da educação superior como ferramenta estratégica para subsidiar a formulação de políticas de permanência efetivas e para o planejamento institucional, embora se tenha indícios de que a evasão é um dos grandes gargalos de consumo da receita da universidade pública e talvez seja o maior “vilão”, numa perspectiva de custo-benefício para a sociedade.

A identificação das possíveis causas da evasão, bem como a gestão de informações sobre esse panorama é imprescindível para a formulação de políticas de permanência e o planejamento institucional. Trata-se de insumo básico para a tomada de decisão no que diz respeito às atividades fim da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Dado o exposto, a pesquisa da qual este artigo resultou se pautou pelo seguinte problema: em quais áreas do conhecimento ocorrem os maiores índices de evasão nos cursos de graduação da UDESC? Na direção de responder a esta questão de pesquisa, definiu-se o objetivo geral de avaliar o panorama da evasão nos cursos de graduação. O interesse pelo tema foi despertado pela percepção da quantidade de vagas ociosas nos cursos de graduação, decorrentes dos altos índices de evasão.

Os resultados podem suprir necessidades da instituição ao que se refere à informações a serem disponibilizadas aos gestores para subsidiar decisões acerca da problemática desta pesquisa. Logo, esta pesquisa tem relevância teórico-prática sob a ótica da gestão da informação, pois apresenta informações para a formulação de políticas de permanência e para o planejamento institucional, por exemplo. Tendo em vista seu caráter exploratório, esta pesquisa também poderá subsidiar pesquisas futuras de investigação direta das causas de evasão nos cursos de graduação pesquisados.

2 Evasão: causas e consequências

O acesso ao Ensino Superior no Brasil é uma realidade ainda distante para grande parcela da população brasileira, embora o governo e as universidades tenham investido na mudança desse cenário oportunizando outras formas de acesso, além do tradicional vestibular, e com políticas públicas para manter o aluno da universidade, como: (i) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); (ii) Sistema de Seleção Unificada (SISU); (iii) Programa Universidade para Todos (ProUni); (iv) Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); (v) Políticas de Ações Afirmativas; e (vi) Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹.

O ENEM foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho dos alunos ao fim da escolaridade básica. Com a criação do ProUni, em 2004, a nota da prova do ENEM passou a ser o critério de seleção para a concessão de bolsas aos estudantes do ensino superior privado.

O SISU, por sua vez, foi implantado em 2009 como forma de ingresso às instituições públicas que utilizam a nota do Enem como critério único para seleção. As instituições, os seus respectivos cursos participantes e as vagas disponíveis são divulgados no sítio do MEC e a seleção é feita com base na nota que o candidato obteve no ENEM. Diversas universidades privadas também utilizam os resultados do ENEM, total ou parcialmente, como critério de seleção para o ingresso nos cursos de graduação.

O ProUni, criado pela Lei nº 11.096/2005, tem como principal objetivo democratizar o acesso à educação superior e investir na qualidade do ensino, concedendo isenção de tributos às instituições privadas de ensino superior que concederem bolsas de estudos integrais e/ou parciais aos estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais.

O FIES é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação não gratuitos. O estudante pode financiar, via Caixa Econômica Federal (CEF), o valor de que necessita para pagar seus encargos educacionais à universidade.

A Política de Ações Afirmativas ou Política de Cotas é outra ação que tem como objetivo contribuir para o acesso ao ensino superior gratuito. Para Tessler (2006), quando uma instituição de ensino promove ações para garantir que mulheres, homens, portadores de necessidades especiais e público em ge-

¹ Mais informações acerca desses programas estão disponíveis no Portal do MEC: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&Itemid=298&msg=1

ral, brancos e negros, pobres e ricos possam ter as mesmas oportunidades de obter educação, ela está botando em prática uma política de ação afirmativa. Complementando, Contins (1996, p. 209) salienta que “[...] a ação afirmativa tem como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação”.

A política de ações afirmativas ou de cotas está inserida na maioria das universidades públicas e tem contribuído para o acesso ao ensino superior público das classes menos favorecidas.

O REUNI (2007, p. 10) tem como objetivo:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada à diversidade do sistema de ensino superior.

O foco principal do REUNI, portanto, é ampliar o acesso e a permanência no ensino superior, e a ocupação das vagas ociosas, consequência da evasão. Para tal, segundo Dias Sobrinho (2010, p. 1236), “Utiliza, basicamente, a seguinte fórmula: a universidade elabora um projeto de desenvolvimento institucional, recebe os recursos do MEC e amplia as vagas de acordo com os critérios aprovados”.

O problema da evasão aflige as instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, sendo preocupação das autoridades desde a década de 1990. Assim, em 1995, a Secretaria de Educação Superior (SESu), do Ministério da Educação (MEC), instituiu a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras para analisar o fenômeno com o intuito de contribuir para a melhoria das políticas de planejamento da educação superior (BRASIL, 1996). A proposição dessa Comissão surgiu no Seminário sobre Evasão nas Universidades Brasileiras, organizado pela SESU/MEC, em fevereiro de 1995, na sede do CRUB (BRASIL, 1996).

A evasão nos cursos de graduação também foi uma preocupação da avaliação institucional, manifestada pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), instituído em 1994.

Para Martins (2007, p. 29) “[...], considera-se evasão a saída do aluno de uma IES ou de um de seus cursos de forma temporária ou definitiva por qualquer motivo, exceto a diplomação”.

Segundo a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 1997), a evasão ocorre quando: (i) o aluno abandona o curso, não efetuando matrícula no tempo devido; (ii) o aluno cancela oficialmente a matrícula; (iii) o aluno se transfere para outro curso dentro da mesma instituição; (iv) o aluno se transfere para curso de outra instituição; (v) o aluno se transfere *ex officio*; (vi) o aluno é excluído do curso por não atendimento às normas e regimentos.

As causas do fenômeno da evasão podem estar tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo das instituições, como também podem estar relacionadas a questões pessoais do aluno. Segundo Biazus (2004, p. 79), “as causas internas são referentes aos recursos humanos, a aspectos didático-pedagógicos e à infraestrutura. Já as causas externas são ligadas a aspectos sócio-político-econômicos e as causas relacionadas ao aluno são aquelas referentes à vocação e a outros problemas de ordem pessoal.”

Autores como Silva Filho et al. (2007), Gaioso (2005), Biazus (2004), Martins (2007), apontam como causas internas da evasão o ambiente desfavorável ao aprendizado, professores desqualificados e a falta de assistência socioeducacional.

Os fatores referentes ao ambiente dizem respeito à estrutura física da instituição que pode não ser favorável, como a falta de bibliotecas com acervo atualizado e de laboratórios especializados para o ensino e a pesquisa, salas de aulas com móveis inadequados e sistema de ventilação precário.

Quanto aos professores, alguns dos problemas apontados na literatura são a falta de formação pedagógica, que influencia no contato com o aluno, sistema de avaliação inadequado e o não reconhecimento das dificuldades de aprendizagem do aluno.

O fator assistência socioeducacional, de ordem econômica, diz respeito à política de permanência e às ações da IES para manter o aluno na universidade, como o oferecimento de bolsas de pesquisa, extensão, monitoria e de apoio discente, visando auxiliar economicamente o aluno.

Quanto aos aspectos externos, os autores supracitados apontam as condições sociais, políticas, econômicas e pessoais do aluno como principais causas da evasão. O fator financeiro, ou seja, a falta de recursos do aluno para manter-se na IES, e/ou a incompatibilidade do horário das aulas com o horário de trabalho são fatores que dificultam a permanência do aluno. Nessa linha, o mundo do trabalho, em consequência das mudanças que ocorrem na economia do país e que interferem diretamente na valorização ou desvalorização de algumas profissões, também contribui diretamente na decisão do aluno em mudar de curso.

Quanto aos fatores de evasão de ordem pessoal do aluno, os autores apontam como causas a falta de vocação e causas de ordem familiar. A falta de vocação se refere a erro na escolha do curso, incompatibilidade com a profissão escolhida, realização de novo vestibular para mudança de curso. Já as causas de ordem pessoal dizem respeito a problemas de saúde, problemas de adaptação ao ambiente Universitário, casamento e gravidez não planejados, que atinge mais as mulheres.

Souza (1999), em estudo realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), constatou que as principais causas da evasão relacionadas a fatores de ordem pessoal são: (i) mudança de interesse, opção de vida e/ou indecisão profissional (39%); insatisfação com o curso (36%); aprovação em outro vestibular (23%); e estar cursando paralelamente outro curso superior de maior interesse (23%). Estudo realizado por Adachi (2009), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por sua vez, mostrou que os fatores que mais influenciam na evasão são socioeconômicos e culturais.

Porém, em todos esses estudos a conclusão unânime é que a evasão causa diversos problemas para as instituições e sucessivamente para a sociedade, pois vagas ficam ociosas e profissionais deixam de ser formados para o mundo do trabalho. Logo, a evasão nos cursos de graduação é uma fonte de desperdício de recursos econômicos e sociais.

Nessa linha, Silva Filho et al. (2007), argumenta que a evasão é uma fonte de desperdício do dinheiro público por deixar ociosos funcionários, professores, equipamentos e espaço físico, afetando diretamente o resultado dos sistemas educacionais.

Para Pereira (2003) a evasão nas instituições de ensino superior gera custos sociais e privados para o País. Por um lado os trabalhadores continuam com baixa qualificação, enquanto as instituições de ensino públicas deixam de capacitar esses trabalhadores e vagas e infraestrutura ficam ociosas.

Gaioso (2005, p. 69) complementa:

Embora a evasão ocasione prejuízos aos cofres públicos; ao conceito da IES que sofre com as perdas de prestígio internas e externas e com o risco de manutenção das condições de sobrevivência financeira; onere o orçamento doméstico de muitas famílias que arcaram com as altas mensalidades das instituições privadas; à sociedade com investimentos mal aproveitados uma vez que os alunos ocupam as vagas nas instituições públicas e não se titulem, esses prejuízos não são percebidos pelos estudantes.

Para Mazzetto e Carneiro (2002) a evasão é um grande problema que tem sido negligenciado tanto pelas autoridades governamentais e universitárias, como por professores, que tendem a ver como foco do problema somente o aluno, quando este está relacionado também a todo um contexto que o rodeia. Já estudo de Prudente e Barbosa (2010), realizado com alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas, turma 2007, identificou cinco causas da evasão ocorrida nessa turma: falta de identificação com as metodologias utilizadas pelos professores; o curso não alcançou as suas expectativas e falta de identificação com o curso; problemas com as obrigações com a família e trabalho foram priorizadas; problemas de ordem financeira; e choque de horário do curso com o horário de trabalho.

A evasão causa diversos problemas para as instituições e sucessivamente para a sociedade, pois vagas ficam ociosas e novos profissionais para o mercado de trabalho deixam de ser formados. Para Silva Filho et al. (2007), a evasão é uma fonte de desperdício do dinheiro público por deixar ociosos funcionários, professores, equipamentos e espaço físico, afetando diretamente o resultado dos sistemas educacionais.

Para Tinto (1982), as instituições são parcialmente responsáveis pelo abandono de seus próprios estudantes. Silva Filho et al. (2007) aponta que, no período entre 2000 e 2005, a evasão média nas instituições de educação superior brasileiras foi de 22%, atingindo 12% nas públicas e 26% nas particulares. Salienta que são poucas as IES que possuem um programa institucional regular de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem sucedidas.

No que se refere à evasão por curso e área do conhecimento, estudo realizado por Silva Filho et al. (2007), a partir da análise de dados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), no período de 2001 a 2005, concluiu que as áreas de Agricultura, Veterinária, Educação e de Saúde e Bem-Estar Social apresentam as menores taxas de evasão anual média.

Pesquisa de Gaioso (2005), a partir de entrevistas realizadas com dirigentes de 21 IES (8 públicas e 13 privadas), sobre a evasão nos cursos de Direito, Medicina e Engenharia Civil de IES Privadas e Públicas, no período de 2000 a 2003, concluiu que o Curso de Engenharia Civil apresenta índices elevados e oscilantes de evasão.

Pesquisa de Machado (2005), realizada no curso de Bacharelado em Ciências da Computação da Universidade Estadual de Londrina, no período de 1999 a 2004, concluiu que a taxa de evasão no período da pesquisa variou em torno de 60%. Essa taxa é considerada preocupante pelo autor.

Martins (2007) realizou uma pesquisa nas Faculdades Integradas Pedro Leopoldo com o intuito de identificar as taxas de evasão nos cursos de Administração, Direito, Serviço Social e Sistemas da Informação, no período de 2002 a 2006. Os resultados revelaram as seguintes taxas de evasão, por curso: Administração 38,05%; Direito 35,79%; Serviço social 22,08; e Sistemas da Informação 41,65%.

Estudo de Prudente e Barbosa (2010), realizado no Curso de Pedagogia, com alunos da turma de 2007, da Universidade Estadual de Alagoas, identificou uma taxa de evasão de 14%.

Pesquisa de Gomes et al. (2010), realizada na Universidade Federal do Espírito Santo, especificamente nos cursos do Centro de Ciências da Saúde, no período de 2002/1 e 2007/1, revelou um índice de evasão de 2,0% no curso de Enfermagem.

Tendo em vista esse panorama, o REUNI (2007, p. 4), em suas diretrizes gerais propôs “[...] como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento [...]. Assim, entendeu que a taxa máxima de evasão admitida seria de 10%. Contudo, os índices revelados pela literatura são muito superiores a isso.

Percebe-se, portanto, que a evasão é um problema interno das IES que tem repercussão social. Cabe aos órgãos competentes e às IES, em particular, buscarem soluções, implantando políticas institucionais para garantir a permanência do aluno na universidade e a sua diplomação dentro do prazo de integralização previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

3 Políticas institucionais para a permanência do estudante na universidade

As IES públicas ou privadas existem para atender a necessidades da sociedade no sentido de garantir o acesso ao conhecimento e à formação profissional. Nas palavras de Biazus (2004), é obrigação social das IES contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio da efetivação de suas funções de ensino, pesquisa e extensão, que constituem o tripé da educação superior. Para efetivar tal obrigação, no entanto, é preciso garantir o acesso e a permanência no sistema educacional. Nesse sentido, Rodrigues (2006, p. 215) pondera: “[...] as normas educacionais, de forma geral, devem ser interpretadas no sentido de garantir o acesso (ingresso inicial e reingresso) e, uma vez assegurado esse acesso, garantir a permanência do aluno no sistema, e mesmo sua reintegração, até que possa concluir o curso.”

Moraes e Theóphilo (2006), em estudo realizado no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), fazem recomendações para a universidade garantir a permanência do aluno na instituição: analisar periodicamente a matriz curricular, acompanhar assiduamente a frequência e o desempenho dos alunos, oferecer monitorias, destinar, principalmente nas primeiras fases, professores que tenham mais facilidades para lidar com o aluno, buscando sua integração no curso.

Estudo de Cunha, Tunes e Silva (2001), realizado na Universidade de Brasília, sugere, para diminuir as taxas de evasão, revisão curricular, mudança na metodologia do ensino e implantação de um sistema eficaz de orientação acadêmica ao aluno.

Nota-se que as ações devem ser focadas no aluno, pois ele é o principal cliente das Instituições de Ensino Superior. Nessa linha, Pereira (2003, p. 49) enfatiza que, “[...] as ações para diminuir as taxas de evasão podem e devem ser implantadas pelas IES como forma de prevenir a saída temporária ou definitiva do aluno, reduzindo os custos de perda do cliente”. Biazus (2004, p. 182) complementa:

A qualidade para as instituições de ensino opõe-se frontalmente a toda a forma de desperdício que, evidentemente, deve ser eliminada. Esta eliminação tem como solução a instituição saber ouvir seus CLIENTES (alunos), dando-lhes respostas, reagindo com fatos que os satisfazam em suas ansiedades e angústias. Como resultado, a instituição não só terá seu futuro assegurado, como será respeitada por estar sendo fiel à sua missão. Caso a instituição não responda ao apelo da qualidade, ficará no final da fila, apenas assistindo o sucesso de outras instituições.

Logo, a avaliação das ações dos cursos, sob a ótica dos alunos e professores, é meio para identificar as necessidades e expectativas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem. Nessa linha, Baggi e Lopes (2009, p. 8) ponderam que a avaliação institucional também pode contribuir para a permanência do aluno na instituição, considerando que:

Dentre as várias razões para a ocorrência da evasão escolar, uma delas, pode estar relacionada diretamente à má qualidade de ensino oferecida pelas IES, provocando a perda definitiva do aluno. Para que haja melhoria nesse processo, podemos utilizar a avaliação institucional, ampliar as atividades ainda associadas aos campos de currículos dos cursos e de desempenhos dos docentes e discentes. Portanto, cremos na necessidade de se fortalecer as articulações en-

tre avaliação institucional, evasão e qualidade de ensino, no sentido de haver uma maior explicitação e visibilidade do problema tanto em relação às discussões acadêmicas como em relação às políticas públicas educacionais.

A avaliação institucional visa aferir a qualidade. A partir dos resultados são planejadas ações para as melhorias necessárias, e isso implica também garantir a permanência do aluno na instituição e diminuir os índices de evasão.

Desta forma, a avaliação institucional passa a ser um processo formativo, como preconiza o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (INEP, 2009, p. 102), e deve “[...] assegurar a integração, a participação, a globalidade, a relevância científica e social, a articulação da regulação com a emancipação, do institucional com o sistêmico”, bem como incorporar aos processos de avaliação “[...] todos os agentes, todas as dimensões e instâncias das IES, respeitados os papéis específicos dos participantes, a identidade e a missão de cada uma delas”.

O SINAES foi legalmente instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e seu documento base, ampliado, analisa o valor e o mérito da avaliação institucional e apresenta os processos de avaliação (INEP, 2009). Os principais processos de avaliação do SINAES são três: (i) a Avaliação Institucional, subdividida em Autoavaliação, realizada de forma permanente, e Avaliação Externa, realizada para fins de credenciamento e recredenciamento das IES e de verificar se as instituições estão realizando a autoavaliação seguindo o roteiro mínimo e os princípios definidos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES); (ii) a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), realizada para o reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos; e (iii) o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que se constitui de provas padronizadas aplicadas aos alunos no final do primeiro e último ano do curso, para verificar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Esses processos de avaliação, coordenados e supervisionados pela CONAES, em nível nacional, são operacionalizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No estado de Santa Catarina o sistema de avaliação das IES e dos cursos é coordenado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/SC), que firmou acordo de cooperação técnica com o INEP e a CONAES, objetivando a operacionalização dos instrumentos e critérios de avaliação definidos para o SINAES. A UDESC, por integrar o Sistema de Ensino de Santa Catarina, portanto, é regulada pelo CEE/SC também ao que se refere à avaliação institucional.

4 Metodologia da pesquisa

A pesquisa da qual este artigo resultou é de abordagem quantitativa, caracterizada como pesquisa de avaliação, que se difere das outras formas de pesquisa, não por seus métodos, mas por seus objetivos. Trata-se de uma pesquisa exploratória, elaborada para avaliar, em especial, o fenômeno da evasão e da retenção nos cursos de graduação da UDESC.

A pesquisa de avaliação é um tipo especial de pesquisa elaborada para avaliar programas educacionais, que nesta pesquisa são os cursos de graduação da UDESC (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1987). Ao se tratar de avaliação educacional, as definições têm uma conceituação mais ampla e associam o estudo sistemático do objeto em si, a juízos de valor e mérito (SCRIVEN, 1991). Assim sendo, ela é o planejamento e a condução de um estudo para auxiliar os *stakeholders* a julgarem o valor e o mérito de um objeto educacional e a tomarem medidas para aperfeiçoá-lo.

Para cumprir a trajetória da pesquisa, os métodos e procedimentos utilizados foram de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa foi delimitada à literatura, para a contextualização e identificação de possíveis causas do fenômeno, e aos registros acadêmicos dos alunos ingressantes nos cursos de graduação da UDESC, via vestibular, e que concluíram no período 2008 a 2010.

De posse das informações foram aferidos os índices de evasão dos cursos de graduação da UDESC, organizados por área de conhecimento, e contextualizados a causas e fatores, identificados na literatura, que levam a evasão.

Alinhada a uma política nacional de pesquisa da evasão na educação superior, a fórmula utilizada para o cálculo do índice de evasão é preconizada pelo MEC, Edital MEC/SESU nº 08/2007–REUNI, e estabelece uma relação entre o número de concluintes e ingressantes de uma determinada turma, considerando o tempo de integralização do curso, conforme fórmula abaixo, que corresponde a um curso de quatro anos.

$$\text{Taxa de Evasão} = 1 - \frac{C_{10}}{I_7}$$

Onde:

C_{10} = Concluintes (2010)

I_7 = Ingressantes (em 2007)

Para os fins desta pesquisa considerou-se que ocorre evasão quando: (i) o aluno abandona o curso, não efetuando matrícula no tempo devido; (ii) o aluno cancela oficialmente a matrícula; (iii) o aluno se transfere para outro curso dentro da mesma instituição; (iv) o aluno se transfere para curso de outra instituição; (v) o aluno se transfere *ex officio*; (vi) o aluno é excluído do curso por infringir normas e regimentos (UDESC, 1997).

5 Resultados da pesquisa

As grandes áreas de conhecimento do escopo da pesquisa são: Ciências da Saúde; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Exatas e da Terra; Engenharia; Ciências Agrárias; Ciências Humanas; e Linguística, Letras e Artes.

O Quadro 1 apresenta os índices de evasão nos cursos de graduação da UDESC e a média dos índices de evasão por área de conhecimento no período 2008-2010.

Observa-se que os cursos de Ciências da Saúde apresentam a menor evasão média no período analisado, registrou um percentual de 19,6% de evasão, com destaque para o curso de Enfermagem que, entre os cursos analisados, apresentou o menor índice.

A evasão no curso de Enfermagem se aproxima ao relatado na literatura, que aponta que os menores índices de evasão ocorrem em cursos da área da saúde. A exemplo, estudo de Gomes et al. (2010), na Universidade Federal do Espírito Santo, aferiu um índice de evasão de 2% no curso de Enfermagem daquela instituição.

Os índices de evasão dos Cursos de Educação Física e Fisioterapia oscilam de ano para outro. A evasão no curso de Fisioterapia em 2009 decresceu em 27,9% em relação ao período anterior, registrando o índice de 10,0%. Essa tendência manteve-se no ano seguinte, quando a evasão ficou em 13,3%. Já o curso de Educação Física, no ano de 2008, registrou um índice de evasão de 34,9%, passando para 0,8% em 2009, todavia, em 2010, subiu para 35,0%, equiparando-se novamente ao índice de 2008. Não se tem informações que expliquem essa diminuição abrupta do índice de evasão em 2009.

Os cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas apresentaram uma evasão média de 37,2% no período analisado. Merece destaque o curso de administração que apresentou o menor índice de evasão no período.

Os cursos da área de Ciências Exatas e da Terra apresentaram um índice médio de evasão de 58,8% no período 2008-2010, que é o maior índice médio de evasão identificado neste estudo. Este índice elevado deu-se, principalmente, pela evasão que ocorreu no curso de licenciatura em Física, que apresentou os índices de evasão mais altos da Instituição. A evasão média do curso no período 2008-2010 foi de 83,24%, o que representa que de cada 10 ingressantes apenas dois concluíram o Curso.

O curso de Ciência da Computação também apresentou um índice médio de evasão elevado, 58,9%. Resultados semelhantes são identificados em pesquisa de Machado (2005), no curso de Ciência da Computação, da Universidade Estadual de Londrina, cujos resultados indicam uma evasão de aproximadamente 60%, considerada pelo autor uma taxa preocupante.

Quadro 1 – Índices de evasão por área de conhecimento nos cursos de graduação da UDESC período 2008-2010

CIÊNCIAS DA SAÚDE	2008	2009	2010	Índice de Evasão 2008-2010
Educação Física (Licenciatura e Bacharelado)	34,9	0,8	35,0	23,6
Fisioterapia	37,9	10,0	13,3	20,4
Enfermagem	11,3	16,7	16,3	14,7
Média	28,0	9,2	21,5	19,6
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	2008	2009	2010	Índice de Evasão 2008-2010
Administração Pública (Balneário Camboriú)	60,5	62,5	46,8	56,6
Administração Pública (Florianópolis)	69,6	21,3	36,3	42,4
Administração (noturno/vespertino)	-	31,9	21,3	17,7
Biblioteconomia	42,1	20,5	34,2	32,3
Média	43,1	34,0	34,6	37,2
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	2008	2009	2010	Índice de Evasão 2008-2010
Tecnologia em Sistemas de Informação	23,8	41,3	37,5	34,2
Licenciatura em Física	82,5	77,2	90,0	83,2
Bacharelado em Ciência da Computação	60,0	46,8	70,0	58,9
Média	55,4	55,1	65,8	58,8
ENGENHARIA	2008	2009	2010	Índice de Evasão 2008-2010
Engenharia Mecânica	57,5	45,0	36,3	46,3
Engenharia Elétrica	27,5	50,0	41,3	39,6
Engenharia Civil	55,0	56,3	50,0	53,8
Engenharia de Produção e Sistemas	27,5	26,3	20,0	24,6
Média	41,9	44,4	36,9	41,0
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	2008	2009	2010	Índice de Evasão 2008-2010
Zootecnia	63,1	55,1	48,9	55,7
Agronomia	3,8	16,9	5,0	8,5
Medicina Veterinária	13,8	8,8	0,0	7,5
Engenharia de Alimentos	79,5	74,1	44,6	66,1
Engenharia Florestal	-	32,5	26,3	19,6
Média	32,0	37,5	24,9	31,5
CIÊNCIAS HUMANAS	2008	2009	2010	Índice de Evasão 2008-2010
Geografia (vespertino/noturno)	53,9	52,5	41,0	49,1
História (vespertino/noturno)	53,9	32,5	29,0	38,4
Pedagogia (matutino/noturno)	9,5	21,8	6,5	12,6
Média	39,1	35,6	25,5	33,4
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	2008	2009	2010	Índice de Evasão 2008-2010
Bacharelado em Música	25,0	42,9	46,2	38,0
Licenciatura em Música (LEM)	80,0	67,9	58,6	68,8
Bacharelado em Design Industrial e Design Gráfico	41,5	23,7	27,5	30,9
Média	48,8	44,8	44,1	45,9
Média UDESC	41,2	37,2	36,2	38,2

Fonte: Elaborado pelo autor.

A evasão média do curso de Tecnologia em Sistemas de Informação, no período 2008-2010, foi de 34,2%. Este índice é próximo ao encontrado na literatura revista como, por exemplo, os resultados do estudo de Martins (2007), realizado nas Faculdades Integradas Pedro Leopoldo, que revelou uma taxa de evasão de aproximadamente 42% no curso de Tecnologia em Sistemas de Informação daquela instituição.

Entre os cursos de Engenharia, o de Engenharia Civil apresentou o maior índice médio de evasão, 53,8%. Esse índice confirma o estudo de Gaioso (2005) que concluiu que o curso de Engenharia Civil apresenta índices elevados e oscilantes de evasão.

Os cursos da área de Ciências Agrárias apresentaram um índice médio de evasão de 31,5%. Destacam-se, positivamente, os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária com índices de evasão de 8,5% e 7,5% respectivamente, ou seja, os menores índices dos cursos avaliados. Esse resultado corrobora o estudo de Silva Filho et al. (2007) que constatou que as áreas de Agricultura e Veterinária apresentam as menores taxas de evasão anual média.

Os cursos da área de conhecimento de Ciências Humanas registraram uma evasão média de 33,4%. Os menores índices ocorreram no curso de Pedagogia, que apresentou uma evasão média de 12,6% no período avaliado. Esse índice está próximo à meta do MEC, estabelecida nas diretrizes gerais do REUNI, de alcançar uma taxa de conclusão média de noventa por cento nos cursos de graduação presenciais ao final de cinco anos (REUNI, 2007).

Nos cursos da área de Linguística, Letras e Artes ocorreu uma evasão média de 45,9% no período 2008-2010. O curso de bacharelado em Música oferece 17 vagas anuais, distribuídas nas habilitações Violão, Violino e Violoncelo e Piano. Nesta pesquisa, considerando o número reduzido de ingressantes em cada habilitação, os dados foram agrupados. O curso de licenciatura em Música, apesar de ter praticamente o dobro de vagas anuais que o curso de bacharelado em Música, teve praticamente o mesmo número absoluto de formados que o bacharelado. Isso também refletiu nos índices de evasão. Em 2008, o índice de evasão no Curso foi de 80%, em 2009 de 67,9% e em 2010 de 58,6%.

Numa análise geral é possível verificar que os cursos da área de Ciências da Saúde são os que apresentaram os menores índices médios de evasão no período. Já os cursos das áreas de Ciências Exatas e da Terra, Engenharia, e Linguística, Letras e Artes, registraram uma evasão acima da média da Instituição, que é de 38,2%.

6 Considerações finais

Esta pesquisa, com recorte de três anos (2008-2010), avaliou a movimentação dos estudantes nos cursos de graduação da UDESC com o propósito de sistematizar informações sobre os índices de evasão. Tendências identificadas na literatura foram evidenciadas neste estudo. Por exemplo, os cursos de licenciatura apresentam elevados índices de evasão, bem como os cursos da área Ciências Exatas e da Terra, enquanto que os cursos da área das Ciências da Saúde apresentam os menores índices.

Quanto aos objetivos, ressalta-se que a contribuição desta pesquisa foi além da avaliação do panorama da movimentação dos alunos de graduação da UDESC, a fim de aferir os índices de evasão e gerar informações para o planejamento institucional e a formulação de políticas de permanência do aluno na universidade, pois possibilitou também demarcar o corte temporal das discussões, situando o problema para incentivar um debate com vistas a encontrar uma explicação para a evasão nos cursos de graduação da UDESC.

No que tange aos dados levantados, cumpre destacar que estes merecem interpretação e análise contextualizada. Isso poderia ser realizado pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos que fizeram parte da pesquisa.

Os índices aferidos devem ser entendidos tão somente como passo inicial de análises que devem buscar identificar e compreender os fatores que levam à evasão. Conforme a literatura revista, tais fatores podem ser de caráter interno às instituições e aos cursos ou externos a eles, relacionados a variáveis econômicas, sociais, culturais ou individuais, que interferem na permanência do estudante na universidade.

Salienta-se a necessidade de empreender um debate acadêmico sobre o tema, instigando estudos analíticos para explicar o fenômeno da evasão da UDESC. Nesse ponto caberia o estudo de teorias socioculturais e econômicas como instrumentos para clarear e alçar o problema em novos níveis de debate. Assim, poderia ser amenizada parte da lacuna teórica, já preconizada pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (BRASIL, 1996) e em outros estudos subsequentes.

O esforço apresentado se destaca pelo seu caráter seminal de sistematização e problematização da evasão, com tentativas incipientes de traçar o perfil dos evadidos da UDESC. Todavia, devido os limites da análise efetuada, diversas questões não apresentaram versão conclusiva e se mostram carentes de maiores explicações, embora a pesquisa tenha possibilitado a sistematização de outros estudos sobre o tema, colocando-os em possibilidade de diálogo para buscar neles uma explicação para a evasão nos cursos de graduação.

Todavia, salienta-se que uma das medidas institucionais que poderia ser tomada para garantir a permanência do aluno na universidade, adicional ao Programa de Auxílio Permanência Estudantil (PRAPE), programa já em vigor na UDESC, é a criação de um serviço de orientação ao estudante, que funcionaria como canal de informação, apoio e orientação ao aluno quando este tem problemas de permanência ou de ajustamento ao ambiente universitário.

Referências

- ADACHI, Ana Amélia Chaves Teixeira. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais.** 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/HJPB-7UPMBA>>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão no ensino superior: um Desafio para a Avaliação Institucional? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA, 9, 2009, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: INPEAU, 2009. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio9/IX-1049.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2011.
- BIAZUS, Cleber Augusto. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC:** um estudo no curso de ciências contábeis. 2004. 203 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS4285.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas.** Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996.
- CONTINS, Márcia; SANTANA, Luiz. Carlos. O Movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 209-220, 1996. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/11112009-012704continssantana.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2011.

CUNHA, Aparecida Miranda; TUNES, Elizabeth; SILVA, Roberto Ribeiro da. Evasão do curso de química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido. **Quim. Nova**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 262-280, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v24n2/4291.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

DIAS SOBRINHO, José. **Democratização, Qualidade e Crise da Educação Superior**: Faces da Exclusão e Limites da Inclusão*Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 25 abr. 2011

GAIOSO, Natalícia P. de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, 2005. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org.ve/programas/Deserci%C3%B3n/Informe%20Deserci%C3%B3n%20Brasil%20-%20D%C3%A9bora%20Niquini.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

GOMES, Maria José et al. Evasão acadêmica no ensino superior: estudo na área da saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 6-13, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/viewFile/278/191>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed. rev. e ampl. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4389>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

MACHADO, Osmar Aparecido. **Evasão de alunos de cursos superiores: fatores motivacionais e de contexto**. 127 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, 2005. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1126/1/tese.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

MARTINS, Cleidis Beatriz Nogueira. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior**. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado Administração) - Fundação Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://www.fpl.edu.br/2012/media/pdfs/05.mestrado/dissertacoes_2007/dissertacao_cleidis_beatriz_nogueira_martins_2007.pdf>. Acesso em: 16 maio 2012.

MAZZETTO, Selma Elaine; CARNEIRO, Claudia Christina Bravo e Sá. Licenciatura em química da UFC: perfil sócio-econômico, evasão e desempenho dos alunos. **Química Nova**, São Paulo, v. 25, n. 6b, p. 1204-1210, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v25n6b/13139.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2011.

MORAES, Júlia Oliveira de; THEÓPHILO, Carlos Renato. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 3., 2006, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos32006/370.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2011.

PEREIRA, Fernanda Cristina Barbosa. **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de ensino superior**: uma aplicação na Universidade do Extremo Sul Catarinense. 2003. 172 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS3597.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

PRUDENTE, Ulisses Antônio Leite; BARBOSA, Elesandra Silva. Evasão escolar da turma de 2007 do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2010, alagoas. **Anais eletrônicos...** Alagoas, 2010. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/EVASAO-ESCOLAR-NA-TURMA-DE-2007-DO-CURSO-DE-PEDAGOGIA.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2012.

REUNI – Restruturação e Expansão das Universidades Federais. **Diretrizes gerais**. Brasília: SESu/MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

RODRIGUES, Horácio Wanderley. Direito à educação: acesso, permanência e desligamento de alunos do ensino superior. **Sequência**, Florianópolis, n. 52, p. 201-216, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15207>>. Acesso em: 2 maio 2011.

SCRIVEN, Michael. **Evaluation thesaurus**. 4. ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford. **Métodos de pesquisa nas relações sociais:** delineamentos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: EPU, 1987.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2011.

SOUZA, Irineu Manoel de. **Causas da evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.** 1999. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PCAD0806-D.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2011.

TESSLER, L. Ação afirmativa sem cotas: o Programa de Ação Afirmativa Inclusão Social da Unicamp. In: SIMPÓSIO UNIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL-EXPERIÊNCIA E IMAGINAÇÃO, 2006, Minas Gerais. p. 1-23. Disponível em: <<http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigos.html>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

TINTO, Vincent. Limits of Theory and Practice in Student Attrition. **The Journal of Higher Education**, Ohio, v. 53, n. 6, p. 687-700, nov./dec., 1982. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1981525>>. Acesso em: 6 abr. 2011.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA- UDESC.
Avaliação Institucional da Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. Florianópolis, 1997.

Delsi Fries Davok – Universidade do Estado de Santa Catarina.
Florianópolis | SC | Brasil. Contato: delsidavok@gmail.com

Rosilane Pontes Bernard – Universidade do Estado de Santa Catarina.
Florianópolis | SC | Brasil. Contato: rosilane.bernard@udesc.br

Artigo recebido em 3 de setembro de 2013
e aprovado em 6 de fevereiro de 2014.

